

30 ANOS DO LIVRO BRASIL: NUNCA MAIS

Brasil Nunca Mais 18 de Dezembro de 2015 , 6:43

30 ANOS DO LIVRO BRASIL: NUNCA MAIS



No último dia 10, na cerimônia de assinatura de Termo de Cooperação entre a Comissão da Verdade em Minas Gerais e a PUC Minas, a coordenadora Maria Céres Pimenta Spínola Castro aproveitou a oportunidade para homenagear os 30 anos do projeto BRASIL: NUNCA MAIS.

Segue o texto que ela proferiu:

Em maio de 1985, ainda durante a vigência do regime ditatorial brasileiro, foi lançado o livro BRASIL: NUNCA MAIS, levando ao público relato da ultrajante prática de tortura ocorrida no Brasil entre abril de 1964 e março de 1979.

As informações constantes na obra foram retiradas de 707 processos da Justiça Militar brasileira, por meio do trabalho e compromisso de um corajoso grupo de pessoas que, acreditando na democracia, quiseram contribuir para a edificação de um legítimo Estado de Direito, em curso na segunda metade daquela década.

BRASIL:NUNCA MAIS é fruto de uma investigação no campo dos Direitos Humanos, é uma radiografia inédita da repressão política que se abateu sobre milhares de brasileiros e brasileiras considerados pelos militares como adversários do regime instalado em 1964 por meio de um golpe de estado, que retirou do poder um presidente legitimamente eleito. Neste sentido, é um ato de resistência, de bravura contra a tirania.

A pesquisa do projeto BRASIL: NUNCA MAIS estudou a repressão exercida pelo Regime Militar, a partir dos documentos produzidos pelas próprias autoridades da época, reunindo as cópias da quase totalidade dos processos políticos que transitaram pela Justiça Militar, especialmente aqueles que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar. Por inúmeros caminhos, entre eles o compromisso de advogados dos presos políticos, obteve-se mais de um milhão de páginas que foram microfilmadas em duas vias. Um conjunto destes documentos, por medida de segurança, foi enviado para fora do país. O outro conjunto foi matéria de análise, durante cinco anos, por uma equipe de estudiosos que produziu um relatório de 5000 páginas, contendo informações impressionantes. Este Relatório foi distribuído para universidades, bibliotecas, centros de documentação e entidades de defesa dos Direitos Humanos, no Brasil e no exterior em 1985, ano do lançamento do livro que, em suas 300 páginas, resume os horrores daqueles tempos que,

esperamos, nunca mais voltem.

Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Metropolitano de São Paulo em 1985, deu notoriedade e sustentação à obra – em um período no qual inúmeros grupos paramilitares de extrema direita tentavam, por meio de atentados terroristas, barrar o processo de redemocratização em curso.

Dom Arns inicia assim o prefácio do BRASIL:NUNCA MAIS: “As angústias e esperanças do Povo devem ser compartilhadas pela Igreja. Confiamos que este livro, composto por especialistas, nos confirme em nossa crença no futuro.”

No mesmo livro, o ex-Secretário-Geral do Conselho Mundial de Igrejas, Philip Potter, assina outro prefácio onde enumera porque a TORTURA é destacada pela comunidade internacional e pelos cristãos, dentre as muitas violações dos direitos humanos. Seguem parte das suas palavras:

“Primeiramente, porque a tortura é o crime mais cruel e bárbaro contra a pessoa humana.

Em segundo lugar, se os torturadores são agentes conscientes deste ato degradante, deve haver motivos supervenientes que os levam a agir dessa forma com outras pessoas. Invariavelmente, o motivo é a obediência a algum tirano, ou em nome da segurança nacional.

Em terceiro lugar, a prática da tortura é uma indicação dos valores herdados que influenciam uma sociedade ou nação.

Finalmente, a TORTURA é uma preocupação para os cristãos e para todas as pessoas de boa vontade porque ela é um fato universal não somente na sua prática como também no envolvimento de muitos países, como o Brasil.”

Na apresentação do BRASIL: NUNCA MAIS, os estudiosos desdobram estes comentários e explicitam: “o que se pretende é um trabalho de impacto, no sentido de revelar à consciência nacional, com as luzes da denúncia, uma realidade obscura ainda mantida em segredo nos porões da repressão política hipertrofiada após 1964. É a observância do preceito evangélico que nos aconselha o conhecimento da verdade como pressuposto para a libertação.”

Hoje, em meio a um cenário sócio-político conflitante, repleto de vieses escusos que, porque não dizer, chega às raias da obscenidade, aproveitamos o momento da assinatura deste Termo de Cooperação entre a PUC Minas e a Comissão da Verdade em Minas Gerais para, a partir das palavras dos realizadores e apoiadores do projeto BRASIL; NUNCA MAIS, tecer algumas reflexões.

Preliminarmente, é preciso lembrar que a prática da tortura, duramente recrudescida durante os anos da ditadura militar, é um ato presente na história brasileira, deste os tempos da chegada dos portugueses no Brasil. E, tristemente, a tortura continua existindo, hoje em dia principalmente contra os pobres, negros e indígenas, perpetrada por agentes públicos nas dependências policiais e judiciárias.

No campo específico do trabalho da Covemg, agora em parceria com a PUC Minas, o projeto BRASIL: NUNCA MAIS tem um papel de extrema relevância como fonte de informação. A pesquisa revela a trajetória dos milhares de presos políticos na sua luta por sobrevivência e liberdade. Além disso, hoje, por iniciativa do Ministério Público Federal, estão disponíveis no site www.bnmdigital.mpf.mp.br, todas as páginas dos 707 processos que tramitaram na Justiça Militar, possibilitando ao mundo acesso a fatos desconhecidos pela maioria.

Por último, acreditamos que a turbulência dos últimos meses, analisada a partir da memória dos tempos de arbítrio,

desvela a urgência da consolidação do Estado Democrático de Direito como a forma mais adequada de buscarmos um Brasil digno, solidário e melhor para todos.

Belo Horizonte, 10 de dezembro de 2015



Maria Céres Pimenta Spínola Castro

Coordenadora da Comissão da Verdade em Minas Gerais

[Enviar para impressão](#)